

Artur Santos de Souza Silva
Sérgio Antônio Silva Rêgo

**9º ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA**

GT 13 - livros e textos didáticos: estudos sobre processos de normalização e as disputas da
Sociologia na educação básica

**Saberes, hierarquias e liberdades: Ensino de sociologia, livro didático, gênero e
diversidade no Brasil**

São Paulo
2025

SABERES, HIERARQUIAS E LIBERDADES: ENSINO DE SOCIOLOGIA, LIVRO DIDÁTICO, GÊNERO E DIVERSIDADE NO BRASIL

Artur Santos de Souza Silva ¹
Sérgio Antônio Silva Rêgo²

RESUMO

Este trabalho analisa a representação e o intercruzamento de gênero, diversidade sexual e raça em duas edições do livro didático “Sociologia para jovens do Século XXI”, comparando a edição de 2016 com a de 2024. Através da análise de conteúdo e de uma perspectiva interseccional, o estudo identifica mudanças e continuidades na abordagem dessas temáticas, destacando a incorporação de críticas às visões eurocêntricas e heteronormativas. A pesquisa examina capítulos específicos de ambas as edições, buscando compreender como o livro didático, enquanto ferramenta pedagógica, contextualiza discussões teóricas na realidade brasileira e promove a inclusão e a justiça social. Os resultados apontam para uma atualização e maior diversidade nas referências teóricas, além da introdução de conceitos contemporâneos e da discussão sobre descolonização do feminismo. Este estudo contribui para o debate sobre o papel do livro didático no ensino de sociologia, oferecendo subsídios para a produção de materiais mais inclusivos e representativos da diversidade brasileira.

Palavras-chave: Livro didático, Ensino de sociologia, Interseccionalidade.

Desvelando saberes: o livro didático como espelho das desigualdades

O ensino de sociologia no Brasil, como disciplina da Formação Geral Básica, nomeadamente na esfera do Ensino Médio, desempenha um importante papel na construção de uma cidadania coletiva crítica e mais consciente. Cidadania essa capaz de compreender e intervir nas complexas dinâmicas sociais que configuram a realidade brasileira. Dessa maneira, ao abordar temáticas como gênero, diversidade sexual e raça, a sociologia propõe não apenas a desnaturalizar e estranhar hierarquias e desigualdades histórica e culturalmente construídas, mas oferece importantes ferramentas teóricas e metodológicas que visam compreender e desconstruir as estruturas que perpetuam opressões. Nesse sentido, o livro didático surge como uma importante ferramenta pedagógica, mediando o diálogo entre teoria e prática, entre o conhecimento acadêmico e as experiências das vidas cotidianas dos/as

¹ Professor da Rede Estadual de Educação de Pernambuco, pardo, homens-cis, Caruaru-PE. Mestre em Sociologia - Universidade Federal de Pernambuco (PPGS/UFPE), artur.ssilva@professor.educacao.pe.gov.br;

² Investigador colaborador - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho), branco, homem-cis, Caruaru-PE. Doutor em Sociologia - UMinho, santoniorego@gmail.com.

estudantes, permitindo que conceitos sociológicos sejam aplicados à análise de problemas sociais concretos.

A sociologia, nesse contexto, está envolvida num amplo processo interdisciplinar, sendo uma das possibilidades para desvelar os mecanismos sociais que (re)produzem desigualdades de gênero, diversidade sexual e raça. No Brasil, onde o patriarcado (cf. Lerner, 2019 [1986]) e a misoginia se entrelaçam com o racismo e a colonialidade, a discussão sobre gênero e diversidade sexual não pode ser dissociada de outras formas de opressão. Desse modo, mobilizar um amplo conjunto de teorias, autores/as e abordagens para trabalhar essas questões no ambiente escolar é uma maneira de ampliar e replicar o conhecimento, possibilitando a construção de uma sociedade mais equânime. Lélia Gonzalez (2020 [1988]) e Sueli Carneiro (2023) destacam, em suas obras, a interseccionalidade como chave para compreender a experiência das mulheres negras, submetidas a uma dupla marginalização: de gênero e de raça – para além da classe. Lélia Gonzalez argumenta que o feminismo hegemônico, centrado na experiência de mulheres brancas de classe média, falha em reconhecer as especificidades das mulheres negras e indígenas. Essa crítica permanece atual e deve ser incorporada ao ensino de sociologia, tanto para problematizar as hierarquias de gênero quanto para ampliar o olhar sobre as múltiplas identidades que compõem a sociedade brasileira.

O livro didático, quando bem elaborado, pode ser um instrumento poderoso nesse processo. Ele não apenas sintetiza teorias clássicas e contemporâneas, mas também contextualiza essas discussões na realidade brasileira. Por exemplo, ao tratar do feminicídio, o livro pode ir além da definição jurídica e explorar como o machismo estrutural se manifesta em diferentes esferas da vida social, desde a violência doméstica até a precarização do trabalho feminino. Simone de Beauvoir (2019 [1949]) pode ser articulada com dados recentes sobre violência contra mulheres no Brasil, como os apresentados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em seu Anuário de 2024. Essa abordagem permite que os estudantes não apenas compreendam conceitos abstratos, mas também os relacionem com problemas concretos de sua realidade.

Nada obstante, o livro didático não está imune a críticas. Amiúde, ele reproduz visões eurocêntricas e heteronormativas, marginalizando vozes periféricas e dissidentes. Para superar essa limitação, é fundamental que os materiais didáticos incorporem autores/as que desafiam as narrativas hegemônicas. Para além disso, também é importante frisar a política de gênero e diversidade sexual no país como direciona e fomenta a discussão, mercado, política de ensino e currículo. Haja vista a abundante faceta de conservadorismo e violência em torno da

discussão (cf. Rêgo; Silva; Gonçalves, 2025), a utilização do livro didático como ferramenta de aprendizado deve ser complementada por outras estratégias pedagógicas, dadas as limitações do material e a necessidade de ampliação por parte da docência, diante da leitura de sua realidade estudantil.

A criação de múltiplos mecanismos de aprendizado é deveras importante para contemplar a polifonia estudantil no ambiente escolar e as diversas formas de aprendizagem (cf. Brandão; Rêgo; Silva, 2021). Essa polifonia é representada a partir da análise de classe, diversidade de gênero e sexual, raça, localização geográfica, letramento, entre outros fatores.

A sociologia é uma disciplina em constante construção, e seu ensino não pode se restringir à transmissão de conteúdos estáticos. Dinâmicas de grupo, debates, projetos de pesquisa e a utilização de recursos audiovisuais podem enriquecer o processo de aprendizagem, tornando-o mais dinâmico e engajador. Isso tudo sem esquecer do protagonismo exercido por docentes e discentes. Esse dado é basilar para a efetivação e envolvimento de todos os entes da comunidade escolar e a ressonância desse processo a outros atores que estão mais ausentes do ambiente escolar. Portanto, ampliadores de teorias e possíveis práticas exitosas.

Metodologia

Diante disso, analisar o livro didático e o material contido nele pode ser revelador de uma considerável gama de ações que podem ser elaboradas no ambiente escolar, ao estabelecer limites dessa ferramenta, potencialidades e usos desde a visão docente quanto à discente. Dessa forma, o objetivo aqui empreendido é o de analisar como as temáticas de gênero, diversidade sexual e raça aparecem em duas edições do livro didático “Sociologia para jovens do Século XXI”, de autoria de Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa. As edições escolhidas foram a de 2016, da Editora Imperial Novo Milênio, submetida ao edital do PNL D de 2018; e a edição de 2024, da Editora do Brasil, submetida ao PNL D de 2026. A metodologia adotada inclui uma análise de conteúdo (Bardin, 2016 [1977]) qualitativa, que visa identificar as mudanças e continuidades nas representações de gênero, diversidade sexual e raça entre as duas edições.

A partir da definição de Laurence Bardin (2016 [1977]) compreende-se por análise de conteúdo como uma forma de sistematização e interpretação de significados presentes em discursos, desde os escritos até os oralizados. Esse conjunto de técnicas permite um processo de exploração objetiva de identificação de padrões, temas e categorias.

Ainda que a análise de apenas um livro não esgote todas as possibilidades, pretende-se, aqui, apontar caminhos para a compreensão do livro didático, ferramenta importante para o ensino de sociologia, em dois cenários diferentes: antes da Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) e após as mudanças mais recentes (Lei nº 14.945/2024), possibilitando destacar as mudanças e as continuidades. Para tanto, utilizar-se-á os capítulos, em cada uma das edições, que diretamente tratem das temáticas escolhidas (gênero, diversidade sexual, raça e seus intercruzamentos) para observar ao menos três aspectos: quais autores/as foram utilizados como referenciais teóricos, quais dados foram utilizados para contextualização e de que maneira esses temas são retomados nas questões ao fim de cada capítulo. Da edição de 2018, serão utilizados os capítulos 22, intitulado ““Lugar de mulher é onde ela quiser?” Relações de gênero e dominação masculina no mundo de hoje” e 23, ““Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é.’ Debatendo a diversidade sexual e de gênero”. Da edição mais recente, os capítulos selecionados foram os 19 e 20, de títulos “Relações de gênero no mundo de hoje” e “Debatendo a diversidade sexual e de gênero”, respectivamente.

A análise comparativa (Yin, 2001) será guiada por um quadro teórico que incorpora perspectivas interseccionais, considerando as interações entre gênero, raça, classe e sexualidade. A pesquisa também buscará identificar como as edições mais recentes do livro didático têm incorporado críticas às visões eurocêtricas – *e.g.* perspectiva decolonial – e heteronormativas, e como elas têm abordado temas contemporâneos como o feminicídio, a precarização do trabalho feminino e a violência contra populações LGBTQIA+.

Por fim, o estudo pretende contribuir para o debate sobre o papel do livro didático no ensino de sociologia, propondo estratégias pedagógicas que possam ampliar o impacto desses materiais na formação de uma cidadania crítica e consciente das desigualdades sociais. A análise comparativa das edições de 2018 e 2026 permitirá não apenas identificar avanços e desafios na abordagem de gênero, diversidade sexual e raça, mas também oferecer subsídios para a produção de materiais didáticos mais inclusivos e representativos da diversidade brasileira.

Gênero, interseccionalidade e o papel do livro didático e do ensino de Sociologia

Kimberlé Crenshaw (2002 [1989], p. 177) trata do conceito de interseccionalidade. Segundo a autora o conceito emerge como uma importante ferramenta analítica para auxiliar na compreensão dos mais diferentes eixos de opressão/ subordinação – como gênero, raça, classe e sexualidade – se entrecruzam, produzindo experiências singulares de marginalização e insubmissão. No contexto brasileiro, onde o brutal legado colonial, com destaque para o

patriarcado e o racismo estrutural se imbricam de maneira profunda, a interseccionalidade não é apenas um recurso teórico, mas um prisma analítico necessário para desvelar as complexidades das intensas desigualdades sociais.

Essa perspectiva é essencial para o ensino de sociologia, pois permite problematizar as hierarquias sociais de maneira mais ampla e contextualizada. Patrícia Hill Collins (2019 [2000], p. 57) destaca o que chama de matriz de dominação, que define como um processo de dominação a partir de intersecções de opressões as quais estão enraizadas estruturalmente em suas realidades desde formas disciplinares, hegemônicas, disciplinares até os relacionamentos interpessoais, internalizando assim a prática excludente. A autora destaca que a resistência a essas opressões também ocorre de forma interseccional, sendo construída a partir de múltiplas identidades e experiências localizadas.

Desse modo, a compreensão de que a matriz de dominação não é estática, dado que enquanto construção cultural pode vir a ser combatida e destruída. No entanto, há um amplo conjunto de experiências de fortalecimento dos grupos minorizados que passam tanto por políticas de inclusão educacional, visibilidade de experiências exitosas, etc., nos mais diferentes segmentos da sociedade. No contexto brasileiro, essa perspectiva é particularmente relevante, ao permitir compreender como movimentos sociais – como o feminismo negro, movimento de mulheres rurais, indígenas e o movimento LGBTQIA+ –, articulam suas agendas de enfrentamento de maneira interseccional, a fim de desafiar não apenas o machismo, mas também o racismo e a homofobia.

A resistência, nesse contexto, não se limita à oposição direta às estruturas de poder, mas envolve a construção de novos saberes e práticas que desafiam as hierarquias sociais. Em consonância com as reflexões anteriores Audre Lorde (2021 [1984], p. 135) destaca que “as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande”, numa evidente reflexão acerca da premissa de que a resistência deve ser erigida a partir de perspectivas e práticas alternativas.

No ensino de sociologia, isso implica a incorporação de metodologias participativas e dialógicas, que permitam aos estudantes reconhecer e valorizar suas próprias experiências e identidades. O chamado nó epistêmico, descrito por Helleith Saffioti (1969; 2004) expõe a dificuldade de separar as categorias mencionadas, no entanto, salienta a interdependência das categorias, portanto, opressões de ordem cultural, econômica e sociais. Desse modo busca-se quebrar as hierarquias a partir do processo de desnaturalização, promover a interseccionalidade e estimular, mais uma vez, práticas de insubordinações.

Portanto, a interseccionalidade não é apenas um conceito teórico, mas uma prática política e pedagógica que busca desvelar e transformar as estruturas de poder que perpetuam

as desigualdades sociais. No contexto brasileiro, onde as opressões de gênero, raça e classe se entrelaçam de maneira profunda, a interseccionalidade é uma ferramenta essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equânime. O ensino de sociologia, ao incorporar essa perspectiva, pode contribuir para a formação de uma cidadania crítica e consciente, capaz de reconhecer e enfrentar as múltiplas formas de opressão que configuram a realidade brasileira.

Paulo Freire (2022 [1968]) e bell hooks (2017 [1994]) enfatizam a importância de se pensar a educação como uma prática de liberdade capaz de desconstruir sociais e empoderar comunidades e indivíduos. Para tanto, a dialogicidade deve ser um elemento presente na prática discente, incluindo a escolha do material que será trabalhado com o grupo discente, além de estabelecer o respeito ao conhecimento a priori desse ator social. Desse modo, compreende-se a sala de aula e a prática educacional como um espaço onde não existe neutralidade, dado que o engajamento e comprometimento com a justiça social devem ser uma constante da prática pedagógica. Diante disso, o ensino deve ser um espaço de desconstrução das hierarquias sociais, onde os/as estudantes possam reconhecer e questionar as estruturas de poder que os oprimem. Essa perspectiva é especialmente relevante para o ensino de sociologia, que deve ir além da transmissão de conteúdos estáticos e promover um diálogo crítico com as realidades sociais.

Um livro didático que adota uma abordagem crítica e interseccional pode, por exemplo, articular as reflexões desde pensadoras fundadoras do feminismo, tais como Simone de Beauvoir até mesmo as discussões mais recentes. Essa abordagem holística permite que os/as discentes não apenas compreendam conceitos abstratos, mas também os relacionem com problemas concretos de sua realidade. Isso se dá ao mesmo tempo em que sejam introduzidas nesse espaço autores/as e teorias que tratem de desafiem as narrativas hegemônicas, busquem desconstruir visões eurocêtricas, estereotipadas e heteronormativas, possibilitando assim uma educação mais inclusiva e representativa.

No entanto, como alerta bell hooks (2017 [1994]), a educação libertadora não pode e não deve ser limitada exclusivamente ao uso de materiais didáticos; ela deve envolver práticas pedagógicas que valorizem a participação ativa estudantil e a construção coletiva do conhecimento. Em consequência disso, o ensino de sociologia, ao incorporar essas perspectivas, pode se tornar um espaço de resistência e empoderamento, onde os/as estudantes possam reconhecer e enfrentar as múltiplas formas de opressão que permeiam a sociedade.

Nesse sentido, a categoria gênero é indispensável à compreensão das desigualdades sociais, uma vez que ela estrutura relações de poder e hierarquias que permeiam todas as

esferas da vida. Simone de Beauvoir (2019 [1949]) destaca que o gênero é uma construção sociocultural, fugindo assim de um determinismo biológico. Judith Butler (2003 [1990]) salienta que o gênero é um importante marcador cultural, juntamente com a classe e raça, associando-se a premissa da interseccionalidade já mencionada. Em concordância, María Lugones (2008) trata da ideia de colonialidade de gênero, para a qual há uma expansão do conceito de colonialidade trabalhado por Aníbal Quijano (cf. 1991) – ser, poder, saber e de natureza –, operada, dentre outros fatores por meio do binarismo de gênero, mulher/homem. No que tange ensino de sociologia, a categoria gênero deve ser abordada de maneira crítica, a fim de desconstruir estereótipos e naturalizações. Por exemplo, ao tratar do feminicídio, o livro pode ir além da definição jurídica e explorar como o machismo estrutural se manifesta em diferentes esferas da vida social, desde a violência doméstica até a precarização do trabalho feminino.

Para tanto, associa-se a categoria da diversidade sexual que refere à pluralidade de identidades e expressões sexuais que desafiam a norma heterossexual. Judith Butler (2003 [1990]) trabalha a dimensão da chamada performatividade de gênero, ao argumentar que gênero e sexualidade são performances sociais que não estão fixadas em uma essência biológica. Numa evidente crítica para desconstruir a heteronormatividade e ampliar o debate da visibilidade de identidades LGBTQIA+. Desse modo procura romper com a fobia em torno da discussão sobre gênero ao abordar a existência e resistência frente aos intensos ataques contemporâneos, especialmente no contexto político e educacional. Nesse sentido Judith Butler (2024) defende que as teorias e estudos de gênero e diversidade sexual são essenciais para promoção da igualdade e a justiça social, desafiando normas binárias e hierarquias opressivas, tal como o chamado “pânico moral”. No Brasil, onde a homofobia e a transfobia são ainda muito presentes, a discussão sobre diversidade sexual é essencial para promover a inclusão e o respeito às diferenças.

O livro didático, ao abordar a diversidade sexual, deve romper com visões heteronormativas e incluir perspectivas que reconheçam e valorizem as múltiplas identidades sexuais. Também é importante que o livro didático contextualize essas discussões na realidade brasileira, ao abordar temas como a violência contra a população LGBTQIA+ e a importância de políticas públicas de inclusão, contextualizando as discussões.

No que se refere a discussão sobre raça pode-se perceber que é uma categoria importante para compreender as desigualdades sociais no Brasil, um país marcado pelo legado da escravidão e do racismo estrutural. Obviamente indo além da compreensão ilusória e reducionista em perceber as categorias gênero, raça e classe como estanques e numa

perspectiva de tríade em uníssono. Frantz Fanon (2008 [1952]) incorpora a discussão o conceito de colonialismo ao estabelecer a ideia de hierarquias raciais que continuam a oprimir as populações negras. Desse modo as subalternizações incorporam a premissa da naturalização e auxiliam na manutenção de um status social de marginalização e exclusão.

No ensino de sociologia, a promoção e a valorização das culturas e saberes afro-brasileiros e indígenas torna-se fundamental para que exista um processo em curso de emancipação/empoderamento (cf. Freire; Shor, 2021 [1986]). Nesse sentido, a utilização do livro didático pode desempenhar um papel importante no processo educacional e de construção crítica do conhecimento desde que incorpore autores/as que desafiam as narrativas hegemônicas e ofereçam perspectivas alternativas sobre a história e a cultura brasileira.

Além do livro didático ser uma ferramenta pedagógica essencial no processo de ensino-aprendizagem, ele é também um poderoso artefato político que reflete e reproduz visões de mundo. Como destacam Michael Apple (1995) e Pierre Bourdieu (1998), o livro didático está longe da neutralidade, pois ele carrega consigo ideologias e valores que podem reforçar ou desafiar as hierarquias sociais. Michael W. Apple (1995) argumenta que, embora o sistema educacional reproduza estruturas de poder dominantes e perpetue desigualdades sociais, ele também pode se tornar um terreno fértil para resistência e transformação. Ao destacar o papel do currículo oculto e das políticas educacionais na manutenção de hierarquias sociais, o autor enfatiza a importância de movimentos sociais e práticas pedagógicas críticas para desafiar essas estruturas. Michael Apple (1995, p. 45) afirma que

apesar das causas socioeconômicas do currículo oculto diferenciado serem vistas como sendo profundamente complexas, o facto é que o papel fundamental da escola é visto como sendo o da reprodução, de algum modo fiel, da divisão do trabalho. A escola é uma instituição determinada.

Diante disso, o autor passa a revelar a dualidade do processo educacional como instrumento de dominação e potencial emancipatório. Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2023 [1970]) por sua vez, exploram como o sistema educacional opera como um mecanismo de reprodução das desigualdades sociais. A conceituação de capital cultural e violência simbólica são bastante importantes para explicar como a escola – enquanto elemento legitimado pelo Estado – legitima as diferenças sociais ao valorizar saberes e comportamentos associados às classes dominantes.

Na atual conjuntura do Brasil, mais especificamente pós-golpe 2016 (cf. Rocha, 2023), um poderoso processo de conservadorismo e a violência passam a permear muitas

discussões sobre gênero, diversidade sexual e raça (cf. Souza, 2019; 2024). Um conservadorismo que se manifesta de forma marcante em diversos âmbitos da sociedade, como nos discursos religiosos – definidos pelo radicalismo e pelo reducionismo na interpretação de textos sagrados –, nos cenários políticos – com a ascensão de movimentos de extrema-direita – e no campo educacional – exemplificado por iniciativas como o “Escola Sem Partido” e a oposição à chamada “ideologia de gênero” (cf. Junqueira, 2022). Diante desse contexto, o livro didático emerge como um instrumento fundamental para promover a inclusão e a justiça social, desafiando assim algumas das narrativas hegemônicas e visando oferecer perspectivas críticas e interseccionais, desde as clássicas até as mais recentes.

Não obstante, para que o livro didático desempenhe esse papel, ele deve ser elaborado de maneira crítica e interseccional, incorporando autores/as que busquem tratar de maneiras múltiplas as narrativas dadas como cristalizadas e naturais e passem a oferecer perspectivas alternativas sobre as desigualdades sociais.

Uma proposta comparativa entre edições de um livro didático

O primeiro conceito que guia a discussão aqui é o de interseccionalidade, importante ferramenta analítica para auxiliar na compreensão dos mais diferentes eixos de opressão/subordinação – como gênero, raça, classe e sexualidade – se entrecruzam, produzindo experiências singulares de marginalização e insubmissão (Crenshaw, 2002 [1989], p. 177). Essa perspectiva é essencial para o ensino de sociologia, ao problematizar as hierarquias sociais de maneira mais ampla e contextualizada. Patrícia Hill Collins (2019 [2000], p. 57) destaca o que chama de *matriz de dominação*, definida como um processo de dominação a partir de intersecções de opressões as quais estão enraizadas estruturalmente em suas realidades desde formas disciplinares até os relacionamentos interpessoais.

Audre Lorde (2021 [1984], p. 135) destaca que “as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande”, refletindo que a resistência deve ser erigida a partir de perspectivas e práticas alternativas. Consonante, Paulo Freire (2022 [1968]) e bell hooks (2017 [1994]) enfatizam a importância de pensar a educação como uma prática de liberdade capaz de desconstruir sociais e empoderar indivíduos e comunidades. No ensino de sociologia, isso implica na incorporação de metodologias participativas e dialógicas, possibilitando aos estudantes reconhecer e valorizar suas próprias experiências e identidades.

A categoria gênero é indispensável à compreensão das desigualdades sociais. Simone de Beauvoir (2019 [1949]) destaca que o gênero é uma construção sociocultural, fugindo do determinismo biológico. Judith Butler (2003 [1990]) salienta que o gênero é um importante

marcador cultural, juntamente com a classe e raça, associando-se a premissa da interseccionalidade já mencionada. María Lugones (2008), ao expandir o conceito de colonialidade (Aníbal Quijano cf. 1991), trata da ideia de *colonialidade de gênero*, que opera por meio do binarismo de gênero, mulher/homem.

A partir desse ponto de vista, o livro didático deveria romper com visões heteronormativas e incluir perspectivas que reconheçam e valorizem as múltiplas identidades sexuais. Emergindo, assim, como um instrumento fundamental para promover a inclusão e a justiça social ao contextualizar essas discussões na realidade brasileira. A análise dos capítulos selecionados destacou quais referências teóricas foram utilizadas e nomeadas diretamente e quais conceitos que apareceram em destaque no texto (negrito, itálico, em título de seção ou em quadro e glossário). O que foi percebido, está sumarizado no quadro a seguir:

Quadro 1 - Comparativo dos capítulos selecionados entre as edições do livro Sociologia Para Jovens do Século XXI (2016 e 2024)

Edição	2016		2024	
Capítulo	Capítulo 22	Capítulo 23	Capítulo 19	Capítulo 20
Referências	Deborah Blum, Joan Scott, Judith Butler, Pierre Bourdieu, Olympe de Gouges, Céli Pinto, Simone de Beauvoir, Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro, Chimamanda Ngozi Adichie, Betty Friedan	Não há menção direta a referências teóricas	Deborah Blum, Judith Butler, Joan Scott, Olympe de Gouges, Simone de Beauvoir, Heleieth Saffioti, Céli Pinto, Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro, Angela Davis, Carla Akotirene, Audre Lorde, Chimamanda Ngozi Adichie	Robert Stoller, Gustavo Venturi
Conceitos	Sexo, Gênero, Identidade de gênero, Dominação masculina, Violência simbólica, Transgêneros, Feminismo negro, Transfeminismo, Violência de gênero	Visibilidade, Invisibilidade, Sexo, Gênero, Identidade de gênero, Transgênero, Pessoas trans, Heteronormatividade, Orientação sexual e afetiva, Transfobia, Homofobia, Estigmatização, Discriminação, Violência física, Violência psicológica, Homossexualismo (crítica), Movimento social, Nome social	Femicídio, Sexo biológico, Gênero, Identidade de gênero, Papel de gênero, Visão binária, Movimentos feministas, Feminilidade, Feminismo negro, Interseccionalidade, Misoginia, <i>Red Pill</i> , Sororidade, Transfeminismo, Travesti, Cisgênero	Visibilidade, Sexo, Gênero, Identidade de gênero, Orientação Sexual, Heteronormatividade, Invisibilidade, Estigmatização, Discriminação, Violência física e psicológica, Movimento LGBTQIAPN+, Nome social

O que se pode perceber, em termos de referências, na edição mais recente, ambos os capítulos analisados contam com menções diretas às referências utilizadas. Além disso, houve

também uma preocupação aparente com a variação identitária, como a supressão de Pierre Bourdieu e a adição de Carla Akotirene. Quanto aos conceitos, para além das questões tradicionais, que se mantêm, houve uma atualização que abarca termos cuja discussão parece ter emergido mais correntemente no cenário brasileiro, como o pensamento “*red pill*” e suas implicações.

Uma outra possibilidade de análise comparativa entre as edições do livros é perceber como as temáticas são retomadas nas questões e atividades ao fim dos capítulos. Para isso, aqui, utilizaremos as tipologias de análise de questões a partir de Silva (2019). Baseado na análise de Marcuschi (2008) a partir dos livros didáticos de Língua Portuguesa, Silva (2019) buscou redefinir o que cada uma das categorias de questões significaria no contexto dos livros didáticos de sociologia. São elas: questões de cópia, definidas como “questões cujo objetivo é definição de um conceito específico”; questões objetivas, que “pedem apenas a diferenciação de conceitos”; questões subjetivas, que são “questões de opinião, concordância ou discordância e comentário”; questões inferenciais, que “corroboram para algum tipo de operacionalização do conceito, como explicar um fenômeno específico ou relacionar dois ou mais conceitos”; e, por fim, questões do tipo global, que “além de fomentar a operacionalização do conceito (como a inferencial) traz – ou pede – exemplos do cotidiano” (Silva, 2019, p. 7).

Por questões de limitações da própria natureza deste trabalho, optou-se por selecionar as questões que exigem uma resposta dissertativa, excluindo questões retiradas de vestibulares, ENEM ou avaliações semelhantes (e questões que utilizem do mesmo modelo) e questões que proponham atividades em duplas ou grupos. A análise das questões selecionadas segue sumarizada nos quadros a seguir.

Quadro 2 - Análise das questões do final do capítulo 22, da edição de 2016

Questões	Tipologia
O que significa <i>feminismo</i> ? Explique e caracterize as chamadas “quatro ondas” do movimento feminista, apresentando também as críticas que o identificam com uma perspectiva eurocêntrica.	Inferencial
O capítulo se encerra apresentando diversos dados sobre a condição das mulheres em nosso país. A partir dessas informações, (a) pesquise e atualize os números a respeito da violência contra as mulheres brasileiras, incluindo os dados sobre os casos de feminicídio; e (b) pesquise e apresente para a turma dados sobre a condição das mulheres em outras partes do planeta, comparando com a realidade que vivemos aqui.	Global
Caracterize o que pode ser entendido como assédio sexual, comentando as informações contidas no seguinte cartaz:	Inferencial



Quadro 3 - Análise das questões do final do capítulo 23, da edição de 2016

Questões	Tipologia
Qual a diferença entre sexo e gênero? E o que significam os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero?	Objetiva
De que maneira a homofobia e transfobia se materializam?	Global
Faça uma reflexão sobre as transformações que aconteceram a partir da metade do século XX e que garantiram o avanço dos direitos de pessoas trans e homossexuais.	Subjetiva

Quadro 4 - Análise das questões do final do capítulo 19, da edição de 2024

Questões	Tipologia
Elabore um quadro para sistematizar as principais ideias que caracterizam as chamadas “quatro ondas” do movimento feminista. Para cada uma delas, procure situar o período e o contexto social em que aconteceu, quais eram as principais pautas e reivindicações, as principais intelectuais e suas ideias.	Inferencial
<p>Sojourner Truth (c. 1797-1883) nasceu como uma mulher escravizada em Nova York, e, depois de receber alguma educação da família a que pertencia, tornou-se uma pregadora pentecostal, ativa abolicionista e defensora dos direitos das mulheres nos Estados Unidos. Leia um trecho de sua fala durante a Convenção dos Direitos da Mulher, ocorrida em Ohio, Estados Unidos, em 1851, e faça o que se pede.</p> <p>Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Euarei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? [...]</p> <p>TRUTH, S. Eu não sou uma mulher? Geledés, [s. l.], 8 jan. 2014.</p> <p>Disponível em: https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/. Acesso em: 1 out. 2024.</p> <p>O discurso de Sojourner Truth traz um elemento central abordado pelo feminismo negro, que é a intersecção entre a opressão de gênero e a racial, evidenciando a dupla discriminação sofrida pelas mulheres negras.</p> <p>a) Encontre no texto trechos que evidenciem essa intersecção.</p> <p>b) Como essa intersecção entre opressão de gênero e de raça pode ser observada na vida das mulheres negras contemporâneas? Apresente um exemplo tendo como base a realidade brasileira atual.</p>	Cópia Global

Quadro 4 - Análise das questões do final do capítulo 20, da edição de 2024

Questões	Tipologia
Qual é a diferença entre sexo e gênero? O que significam os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero?	Objetiva
Quais foram as transformações que aconteceram a partir da metade do século XX e que garantiram o avanço dos direitos de pessoas trans e homossexuais?	Subjetiva

A partir do exposto, pode-se notar que a variação dos tipos de questões se manteve quando comparados os capítulos equivalentes nas duas edições. Ainda que tenha havido a repetição literal de uma das questões (Qual a diferença entre sexo e gênero? E o que significam os conceitos de orientação sexual e identidade de gênero?) e a presença de outras duas questões bastante semelhantes, as questões se apresentam com a pretensão de estimular os estudantes a desenvolver análises e relacionar conceitos que colaborem para o entendimento da realidade social brasileira.

Inconclusões

O presente trabalho empreendeu a tentativa de analisar como duas edições de um mesmo livro didático apresentam as questões de gênero e seus intercruzamentos gênero, diversidade sexual e raça. Partindo de uma perspectiva interseccional e decolonial, o trabalho discutiu esses elementos acreditando na importância do material didático tanto para estudantes quanto para docentes.

É válido destacar que os textos entre os capítulos mantiveram seu conteúdo e sua estrutura, de forma geral, bastante semelhantes entre as edições – nos pares capítulo 22 (2016) com capítulo 19 (2024) e capítulo 23 (2016) com capítulo 20 (2024). Não obstante, notou-se que houve um aumento nas pessoas referenciadas, variando gênero, raça e localização. Exemplo disso, a supressão de Pierre Bourdieu e a adição de Carla Akotirene.

Houve, ainda, a inserção, no capítulo 19 (2014) do tópico “Descolonizando o feminismo”, no qual há a discussão direta sobre o conceito de interseccionalidade. A atualização da sigla, de “LGBT” para “LGBTQIAPN+” e inserção de conceitos atuais como o de “misoginia”, “*red pill*” e “sororidade” e articulação com dados recentes representam a direção de atualização e contextualização defendida aqui.

Quanto às questões, percebeu-se, de forma geral, uma variedade nas tipologias de cada um. Assim, pode-se afirmar que as indagações ao fim de cada capítulo se apresentam com a pretensão de estimular os/as estudantes a desenvolver análises e relacionar conceitos que colaborem para o entendimento da realidade social brasileira.

Por fim, o trabalho não esgota, nem pretendia, as possibilidades de análises dos livros didáticos. Ainda assim, acredita-se que pesquisas a respeito dos materiais utilizados por docentes e estudantes no ensino de sociologia contribuam para o desenvolvimento e a reafirmação da importância da disciplina na formação da juventude.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Educação e Poder**. Trad. João Menelau Paraskeva. Porto Editora: Porto, 1995.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro, Edições 70: Lisboa, 2016 [1977].

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Trad. Sérgio Milliet. 5ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019 [1949].

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Trad. Reynaldo Bairão. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998 [1970].

BRANDÃO, Ana Maria; RÊGO, Sérgio Antônio Silva; SILVA, Joana Teixeira Ferraz da. Gênero(s) e sexualidade(s): uma experiência de ensino em contexto acadêmico, **Configurações**, 28, 2021. Disponível em <http://journals.openedition.org/configuracoes/14010>; DOI: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.14010>. Acesso em 22 mar. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990].

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** Trad. Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Trad. Jamille Pinheiro Dias. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019 [2000].

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002 [1989]. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011> Acesso em 23 mar. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2022 [1968].

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Cipolla. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017 [1994].

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Trad. Stephanie Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021 [1984].

LUGONES, María. (2008b). Colonialidad y género. In: **Tábula Rosa**, nº. 9, pp. 73-101.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de Compreensão. In: _____. Produção Textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Editora Parábola, 2008, p. 227-282

OLIVEIRA, Luiz Fernandes; COSTA, Ricardo Cesar Rocha. **Sociologia para jovens do século XXI**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes; COSTA, Ricardo Cesar Rocha. **Sociologia para jovens do século XXI**. São Paulo: Editora do Brasil, 2024.

QUIJANO, Aníbal. (1992). **Colonialidad y Modernidad/Racionalidad**. In: Perú Indígena, 13, 29, pp. 11-29.

SILVA, Artur. **Os livros didáticos de Sociologia: uma análise de questionários**. Florianópolis: VI Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB), 2019.

YIN, Robert. (2001). **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman.